

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO/IPASG**

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2020**



Gestor Previdenciário

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



**INSTITUTO
CONSULPLAN**

CARGO: GESTOR PREVIDENCIÁRIO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **10**.

A intolerável violência contra a pessoa idosa

O Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado em 15 de junho, instituído em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, é mais uma conquista na luta diante dos crescentes abusos cometidos aos idosos.

A violência contra a pessoa, por si, já pode ser considerada como algo indesejável, mas quando ela se volta contra quem tem a capacidade reduzida para se defender, como a população idosa, torna-se ainda mais repugnante. E mais desprezível ainda quando cometida por quem tinha o dever de cuidado.

Pela Organização Mundial de Saúde, violência contra o idoso é definida como “um ato único ou repetido, ou falta de ação apropriada, ocorrendo em qualquer relacionamento em que exista uma expectativa de confiança, que cause dano ou sofrimento a uma pessoa idosa”. A expectativa de confiança se estabelece com a proximidade do idoso com outras pessoas, como cônjuge, parceiro, filho ou outro familiar, amigo, vizinho ou cuidador, do qual dependa. A violência contra o idoso, não raras vezes, acontece no âmbito doméstico ou familiar.

Embora os dados sobre abusos contra idosos sejam alarmantes, presume-se que estes números provavelmente sejam subestimados, pois muitos casos de abuso de idosos não são relatados e que o número de pessoas afetadas tende a aumentar globalmente, pois muitos países enfrentam índices de envelhecimento rápido das suas populações. Ainda segundo a OMS, um em cada seis idosos é vítima de algum tipo de violência em todo o mundo. [...]

Segundo estudos da Secretaria dos Direitos Humanos do Brasil, em 2015, a cada 60 minutos, dois idosos sofriam algum tipo de violência no país. Naquele ano, houve aumento em 16% do número de registros de ocorrências de algum tipo de violência contra idosos. A maior parte das denúncias foi de negligência ou abandono, seguido dos registros de violência psicológica, abuso financeiro e violência física.

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial. Só no Brasil, existem quase 30 milhões de pessoas idosas. Isso representa 14% da população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 230, determina que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida. A Política Nacional do Idoso, criada pela Lei 8.842, de 1994, estabelece que “todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso”.

O Estatuto do Idoso, criado em 1997, menciona as implicações legais aos que praticarem violência contra a pessoa idosa. Em seu artigo 57, determina que o profissional da área de saúde que não denunciar uma situação de violência identificada, será também penalizado.

O Judiciário, por sua vez, deve promover e defender os direitos da pessoa idosa; zelar pela aplicação das normas sobre o idoso, determinar ações para evitar abusos e lesões a seus direitos. [...]

(Tenente Nascimento – 18/06/2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=400133>. Adaptado.)

O fragmento a seguir deverá ser considerado para responder às questões 01, 02 e 03. Leia-o atentamente.

“A violência contra a pessoa, por si, já pode ser considerada como algo indesejável, mas quando ela se volta contra quem tem a capacidade reduzida para se defender, como a população idosa, torna-se ainda mais repugnante. E mais desprezível ainda quando cometida por quem tinha o dever de cuidado.”

Questão 01

A unidade textual garantida pelo emprego adequado dos elementos de coesão pode ser observada no fragmento anterior; considerando tal afirmativa, pode-se afirmar que as expressões “si”, “algo indesejável” e “ela”:

- A) Criam um paradoxo semântico provocando o efeito de sentido pretendido pelo enunciador.
- B) Estabelecem elos, criam relações entre os segmentos do discurso, tais como: conclusão e condição.
- C) Indicam elementos anafóricos distintos para o mesmo referente; ora retomando-o, ora ampliando-o.
- D) Provocam uma gradação de sentido em relação ao vocábulo “pessoa”, ampliando e modificando a informação apresentada.

Questão 02

Acerca do emprego das vírgulas utilizadas no fragmento destacado, leia e analise as considerações a seguir assinalando aquela que esteja correta.

- A) É possível observar que todas as vírgulas são utilizadas para separar elementos que exercem a mesma função sintática.
- B) Pode-se observar que o emprego da vírgula separando elementos de valor explicativo ocorre por mais de uma vez no segmento.
- C) O emprego da vírgula é facultativo antecedendo o termo “mas”, sendo a razão do seu uso a intenção do enunciador de destacar a ideia apresentada.
- D) Caso o período fosse iniciado pela expressão “por si”, as vírgulas que a separam seriam omitidas já que resultaria na composição de oração na ordem direta.

Questão 03

O segmento em análise apresenta três ocorrências de uso do termo “se”; quanto ao emprego em “se volta”, “se defender” e “torna-se” pode-se afirmar que:

- A) São complementos verbais indiretos, já que todos são precedidos de preposição, obrigatoriamente.
- B) Pertencem à mesma classe de palavras e sua função contribui para a construção da coerência textual.
- C) Não é possível determinar com clareza o agente de cada ação que acompanha o termo “se” em destaque.
- D) Por se tratar, em todos os casos, de palavra de realce, pode ser retirada da oração sem que haja qualquer prejuízo quanto ao sentido do fragmento.

Questão 04

“O Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado em 15 de junho, instituído em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, é mais uma conquista na luta diante dos crescentes abusos cometidos aos idosos.” (1º§) Considerando o trecho destacado quanto ao emprego do acento grave indicativo de crase, assinale a afirmativa correta.

- A) Caso a expressão “Violência à Pessoa Idosa” fosse substituída pelo pronome pessoal “ela”, o sinal indicativo de crase seria mantido.
- B) Em “abusos cometidos aos idosos” a inexistência da crase justifica-se pelo emprego da expressão “idosos” utilizada de maneira indeterminada.
- C) As duas ocorrências de crase em “Prevenção à Violência à Pessoa Idosa” apresentam a mesma justificativa para aplicação da regra gramatical.
- D) A substituição do elemento “idosos” por qualquer vocábulo de sentido genérico provocaria a obrigatoriedade do emprego do acento grave indicativo de crase.

Questão 05

Considerando as ideias e informações trazidas ao texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A violência contra a pessoa idosa não está limitada a atos de uma mesma natureza, mas envolve questões que extrapolam o cenário da violência física, por exemplo.
- II. O grande aumento de abusos contra o idoso tem sido a causa da impossibilidade de notificação às autoridades responsáveis de casos de violência.
- III. Há uma grande mobilização tanto em território nacional quanto mundial no que se refere a ações que estão direcionadas ao combate à violência à pessoa idosa.
- IV. A violência contra os idosos não pode ser combatida devido ao crescente número de atos violentos, abusos financeiros e físicos sofridos por essas pessoas.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

Questão 06

Segundo as informações e ideias apresentadas no texto, pode-se afirmar que:

- A) A citação da Constituição Federal do Brasil e do Estatuto do Idoso constitui fundamentação que objetiva fortalecer o enunciado apresentado.
- B) Historicamente as informações estatísticas sobre a violência sofrida pelos idosos indicam uma acentuada queda nos números apresentados.
- C) Um mesmo ambiente não oferecerá, ao idoso, situações que se oponham drasticamente em relação ao atendimento das suas necessidades básicas e diárias.
- D) Muitas vezes, os dados citados em relação ao tipo de violência ao idoso são intencionalmente enfatizados de forma superestimada, com o fim de promover uma conscientização acelerada da sociedade diante desta questão.

Questão 07

Considerando-se o sentido original apresentado no texto referente à data celebrada em 15 de junho, haveria adequação quanto à coerência, correção gramatical e preservação do sentido caso a expressão “Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa” fosse substituída por:

- A) “Dia Internacional da Consciência Idosa”
- B) “Dia Mundial da Violência contra a Pessoa Idosa”
- C) “Dia Internacional da Consciência contra a Violência”
- D) “Dia Mundial de Conscientização da Existência da Violência contra o Idoso”

Questão 08

A partir da escolha do título do texto é possível identificar o posicionamento do enunciador acerca do assunto que será tratado; a caracterização da violência como “intolerável” contra a pessoa idosa justifica-se de acordo com os elementos apresentados no texto e destacados a seguir:

- A) Capacidade de defesa e autoria da violência.
- B) Pré-disposição para a violência e confronto de ideias.
- C) Cumprimento dos deveres de todo cidadão e exigência de seus direitos.
- D) Deterioração do tratamento do ser humano e vitimização equivocada da pessoa idosa.

Questão 09

O terceiro parágrafo do texto é iniciado com destaque para a “Organização Mundial da Saúde”; ao realizar esta escolha discursiva, o enunciador demonstra o objetivo de conferir à informação que se segue:

- A) Um novo parâmetro para a sociedade diante das necessidades que o idoso apresenta.
- B) Refutação à argumentação apresentada, formando-se um cenário propício ao debate de ideias.
- C) Mobilização efetiva da sociedade diante do descaso em que a maioria da população vulnerável se encontra.
- D) Credibilidade adequada e necessária ao assunto tratado de acordo com sua importância no cenário mundial.

Questão 10

Um referente principal, depois de introduzido, pode ser retomado utilizando-se novos vocábulos ou expressões. No texto, o autor emprega as expressões “pessoa idosa” e “idoso” como exemplo da afirmativa anterior em “*Violência à Pessoa Idosa, é mais uma conquista na luta diante dos crescentes abusos cometidos aos idosos*”. Em relação a tais expressões, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A palavra “idosa(o)” sofre variação em relação à classe de palavras considerando-se as duas expressões citadas.
- () Tal recurso constitui uma estratégia de referenciação, ou seja, de retomada do referente introduzido anteriormente.
- () Há uma carga semântica diferente que confere maior destaque ao vocábulo “idoso” em relação à expressão “pessoa idosa”.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
B) F, F, V.
C) V, V, F.
D) V, V, V.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 11

Considere que as premissas apresentadas nos argumentos I e II são verdadeiras:

- I. Todo psicólogo é estudioso. Existe psicólogo que é feliz.
Logo, todo estudioso é feliz.
- II. Todo atuário gosta de matemática. José é atuário. Portanto, José gosta de matemática.

De acordo com as regras da lógica argumentativa, pode-se afirmar que:

- A) Os argumentos I e II são válidos.
B) Somente o argumento I é válido.
C) Somente o argumento II é válido.
D) Ambos os argumentos não são válidos.

Questão 12

Considere que o conselho de administração do IPASG seja formado por 3 servidores: um presidente, um vice-presidente e um conselheiro, que são escolhidos entre os psicólogos e os atuários que possuem mais de 20 anos de efetivo exercício no órgão. Sabe-se que existem 5 psicólogos e 3 atuários com mais de 20 anos de efetivo exercício no IPASG. De acordo com essas informações, o número de conselhos de administração distintos que podem ser formados com esses servidores está compreendido entre

- A) 1 e 300.
B) 301 e 500.
C) 501 e 1.000.
D) 1.001 e 10.000.

Questão 13

Considere que, no início de determinado ano, havia uma relação de 5 psicólogos para 2 atuários trabalhando no IPASG e que, após a realização de um concurso público, foram contratados 5 psicólogos e 5 atuários, o que resultou em um total de 80 servidores contratados. Com base nessas informações, quantos atuários o IPASG passou a ter após esse concurso público?

- A) 12
B) 15
C) 20
D) 25

Questão 14

Devido à crise mundial causada pela pandemia do vírus COVID-19, determinado órgão público passou a adotar as modalidades de trabalho presencial para as atividades de manutenção e limpeza e a modalidade de teletrabalho para os demais serviços. Sabe-se que nesse órgão público 70% dos servidores estão no regime de teletrabalho e que a diferença entre o número de servidores nas duas modalidades de trabalho é de 168. Portanto, quantos servidores desse órgão público estão em teletrabalho?

- A) 126
B) 168
C) 294
D) 462

Questão 15

Considere a seguinte progressão geométrica: (a_1, a_2, a_3, a_4) . Sabe-se que:

- $a_1 + a_2 + a_3 + a_4 = 40$
- $a_3 - a_2 = 6$
- $a_1 + a_4 = 28$

Quanto vale a razão dessa progressão?

- A) 3
B) 4
C) 5
D) 6

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 16

A ovelha *Dolly* fez parte da história biotécnica mundial. Ela viveu até os sete anos de idade, uma idade jovem para ovelhas, fazendo cientistas especularem a sua morte prematura. Ovelhas vivem até os dez ou doze anos; ela morreu antes de completar sete anos, pois foi submetida à eutanásia em 2003 por ter um tipo de câncer de pulmão, algo comum em ovelhas. A ovelha *Dolly* é considerada:

- A) A mais significativa experiência ecológica e veterinária.
B) A primeira experiência de proveta em animais no planeta.
C) O maior equívoco ou sofisma da ciência genética mundial.
D) O primeiro caso de mamífero clonado a partir de células adultas.

Questão 17

“A luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime. Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identidade coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.”

(CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 55.*)

O herói construído para a República no Brasil, a partir 1889, foi:

- A) Tiradentes.
- B) Floriano Peixoto.
- C) Marechal Deodoro.
- D) Benjamin Constant.

Questão 18

Analise a imagem a seguir.



(Mulher banhando-se no riacho, 1655, óleo sobre madeira, 61,8 x 47 cm. National Gallery, Londres.)

“O quadro é uma das obras-primas do artista _____, Rembrandt, no auge da fama e do domínio absoluto da sua arte. É uma imagem delicadamente íntima, informal na pose e de uma irresistível proximidade que se supôs tratar-se de uma obra incompleta.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

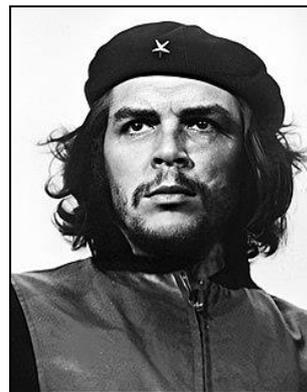
- A) barroco
- B) arcadista
- C) surrealista
- D) modernista

Questão 19

“Responsabilidade penal é o dever jurídico de responder pela ação delituosa que recai sobre o agente imputável.” A responsabilidade penal juvenil no Brasil em vigor é de:

- A) 12 anos.
- B) 14 anos.
- C) 16 anos.
- D) 18 anos.

Questão 20



Sobre Ernesto Guevara de La Serna, um dos principais nomes da Revolução Cubana, é INCORRETO afirmar que:

- A) Acreditava que a revolução socialista contra o imperialismo comandado pelos Estados Unidos deveria ser levada aos países da América Latina.
- B) Esteve no Brasil em 1961, sendo condecorado pelo então presidente Getúlio Vargas, com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no Palácio da Guanabara.
- C) Médico, natural da Argentina, participou com os irmãos Fidel e Raúl Castro da revolução que implantou na ilha de Cuba o regime socialista, contrário aos EUA.
- D) Realizou na companhia do amigo Alberto Granado uma viagem de motocicleta pela América Latina, a fim de conhecer a situação política, social e econômica desta região.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 21

Sobre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A solução pacífica dos conflitos é um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- B) O princípio da independência nacional trata da soberania na ordem interna e da superioridade a todas as demais manifestações de poder de âmbito mundial.
- C) Asilo político consiste no acolhimento de estrangeiro por parte de um Estado que não o seu, em virtude de perseguição por ele sofrida e praticada por seu próprio país ou por terceiro.
- D) O princípio da não-intervenção indica a obrigação dos Estados de não intervir, direta ou indiretamente, nos assuntos internos de outro Estado com a intenção de afetar ou subordinar sua vontade.

Questão 22

Considerando o que a Constituição da República trata sobre a administração pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- II. A administração pública pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.
- III. A Lei de Improbidade, portanto, não pune a mera ilegalidade, mas sim a conduta ilegal ou imoral do agente público, e de todo aquele que o auxilie, voltada para a corrupção.
- IV. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 23

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu Título II os direitos e garantias fundamentais, subdividindo-os em cinco capítulos: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; e, partidos políticos. Assim, a classificação adotada pelo legislador constituinte estabeleceu cinco espécies ao gênero direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; e, direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos. Modernamente, a doutrina apresenta-nos a classificação de direitos fundamentais. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) Os direitos de terceira geração são os direitos sociais, econômicos e culturais.
- B) Os direitos fundamentais são divididos em primeira, segunda e terceira gerações, baseando-se na ordem hierárquica em que passaram a ser constitucionalmente reconhecidos.
- C) Os direitos fundamentais de primeira geração são os direitos e garantias individuais e políticos clássicos (liberdades públicas), surgidos institucionalmente a partir da *Magna Charta Libertatum*.
- D) Os direitos fundamentais de segunda geração são os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos.

Questão 24

Um grupo de cidadãos pretende se reunir pacificamente, sem armas e em local aberto ao público. Assim, nos termos da Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- A) Para que o grupo se reúna em local público será necessário autorização da autoridade competente.
- B) Em caso de negativa ao direito de reunião, o remédio constitucional se efetiva pelo mandado de segurança.
- C) Não se admite reuniões simultâneas para o mesmo local público, havendo preferência para a que foi convocada primeiro.
- D) Sempre que comunicadas as autoridades públicas devem exercer seu poder conveniência ou da não realização da reunião, podendo interferir nas reuniões pacíficas e lícitas em que não haja lesão ou perturbação da ordem pública.

Questão 25

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Público organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO:

- A) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- B) Equidade na forma de participação no custeio.
- C) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- D) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 26

Nos termos da Lei Orgânica de 04/04/1990, do Município de São Gonçalo, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São Gonçalo – IPASG prestará assistência previdenciária e social aos servidores públicos municipais. De acordo com a Lei Orgânica do Município, acerca do IPASG, NÃO está correto o que se informa em:

- A) Os vereadores são contribuintes facultativos.
- B) O prefeito e o vice-prefeito são contribuintes obrigatórios.
- C) Os aposentados e os pensionistas são isentos de contribuição.
- D) Os servidores públicos municipais investidos em cargo de provimento efetivo são contribuintes obrigatórios.

Questão 27

A Lei Municipal nº 050/91, do município de São Gonçalo, “dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do município de São Gonçalo – RJ e dá outras providências”. Relacione adequadamente as formas de provimento em cargos públicos à sua respectiva definição legal.

1. Readaptação.
 2. Reversão.
 3. Reintegração.
 4. Transferência.
- () Passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder, obedecidas as normas vigentes.
- () Reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, ou em cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento ou não dos vencimentos, direitos e vantagens inerentes ao cargo.
- () Retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.
- () Investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do município de São Gonçalo, a sequência está correta em

- A) 1, 2, 3, 4.
- B) 3, 2, 1, 4.
- C) 4, 2, 3, 1.
- D) 4, 3, 2, 1.

Questão 28

“Agente público é ‘toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta’.”

(Di Pietro, Maria Sylvia Zanella Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 33 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.)

Relacione adequadamente a classificação indicada a seguir, com os agentes públicos informados:

1. Agente político.
 2. Agente público.
 3. Agente honorífico.
 4. Agente delegado.
 5. Agente credenciado.
- () Jurado e mesário eleitoral.
- () Servidor sujeito ao regime estatutário e ocupantes de cargo público, como os Gestores Previdenciários do IPASG; empregados públicos.
- () Concessionário e permissionário.
- () Presidente, vice-presidente, senadores e deputados. Prefeito, vice-prefeito e vereadores.
- () Artista que recebe atribuição de representar oficialmente o Brasil em um evento internacional.

A sequência está correta em

- A) 5, 4, 3, 2, 1.
- B) 3, 2, 4, 1, 5.
- C) 3, 4, 2, 1, 5.
- D) 3, 2, 5, 1, 4.

Questão 29

“Ato administrativo é manifestação ou declaração da administração pública, nesta qualidade, ou de particulares no exercício de prerrogativas públicas, que tenha por fim imediato a produção de efeitos jurídicos determinados, em conformidade com o interesse público e sob o regime predominante de direito público.”

(Direito administrativo descomplicado: Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. – 22 ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.)

Nos termos da Lei Orgânica do Município de São Gonçalo de 04/04/1990, sobre o ato administrativo, é INCORRETO afirmar que:

- A) A autoridade que, ciente do vício invalidador de ato administrativo, deixar de saná-lo, responderá pela omissão.
- B) Nenhum ato administrativo normativo ou regulamentar, emanado do Poder Público Municipal, produzirá efeito geral antes de sua publicação.
- C) O controle dos atos públicos será exercido pelos Poderes Municipais, pela sociedade, pela própria Administração e, no que couber, pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e pelo Conselho Estadual de Contas dos Municípios.
- D) A administração pública tem faculdade de anular os próprios atos, quando evitados de vícios que os tornem ilegais ou por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados nestes casos os direitos adquiridos, além de observado, em qualquer circunstância, o devido processo legal.

Questão 30

A Lei Ordinária nº 8.429/92 “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”. De acordo com o exposto, NÃO é considerado ato de Improbidade Administrativa que importa enriquecimento ilícito, nos termos da Lei nº 8.249/92:

- A) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- B) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no Art. 1º por preço superior ao valor de mercado.
- C) Doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistenciais, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de quaisquer das entidades mencionadas no Art. 1º da Lei nº 8.429/92, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
- D) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, porcentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

Questão 31

A Lei Municipal nº 050/91 “dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do município de São Gonçalo – RJ e dá outras providências”. Dentre os direitos do servidor, está o de aposentadoria. Analise os casos a seguir, com situações e pessoas hipotéticas.

- I. Lalá, com 24 (vinte e quatro) anos de serviço público, completou 70 (setenta) anos de idade.
- II. Huguinho sofreu acidente em serviço, do qual resultou invalidez permanente.
- III. Zezinho, menos de 70 (setenta) anos de idade, tem 35 (trinta e cinco) anos de serviço.
- IV. Lili, professora, menos de 70 (setenta) anos de idade, tem 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções de magistério.

NÃO está de acordo com o Estatuto do Servidor Público do Município de São Gonçalo/RJ, Lei Municipal nº 050/91, no tocante ao direito à aposentadoria:

- A) Lalá será aposentada compulsoriamente, com proventos integrais.
- B) Lili, caso seja de sua vontade, poderá se aposentar com proventos integrais.
- C) Zezinho será aposentado, caso seja de sua vontade, com proventos integrais.
- D) Huguinho será aposentado, por invalidez permanente, com proventos integrais.

Questão 32

“Princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subsequentes. Princípios, neste sentido, são os alicerces da ciência.” É o conceito de José Cretella Júnior.”

(Revista de Informação Legislativa, v. 97:7. In Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 33 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.)

Acerca dos princípios da administração pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O princípio da moralidade nos informa que a atuação do agente público deve se pautar segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- B) O princípio da publicidade nos informa que os atos da administração pública devem ter ampla divulgação, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- C) O princípio da legalidade nos permite afirmar, no âmbito da administração pública, que o agente público tem liberdade de atuação, não podendo exigir do particular somente o que é proibido por lei. O que não é proibido, é permitido.
- D) O princípio da impessoalidade pode ser observado em relação aos 1) administrados (atos da Administração devem observar a finalidade pública) e à 2) Administração Pública (atos administrativos são imputáveis ao órgão ou à pessoa jurídica que os praticou e não aos servidores públicos).

Questão 33

Os deveres do servidor do município de São Gonçalo – RJ estão insculpidos na Lei Municipal nº 050/91, que “dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos (...)”. São consideradas proibições imputadas aos servidores do município de São Gonçalo/RJ em seu Regime Disciplinar, EXCETO:

- A) Coagir subordinados com objetivo de natureza partidária.
- B) Praticar a usura, em quaisquer de suas formas, no âmbito do serviço público.
- C) Pleitear como procurador ou intermediário, junto aos órgãos municipais, percepção de vencimento de pai ou sogro.
- D) Referir-se de modo depreciativo às autoridades da administração pública em parecer que não constitua trabalho assinado ou crítica do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço.

Questão 34

A administração pública compreende a administração direta e indireta. Quanto a esta última, relacione adequadamente as entidades que a compõe com a sua respectiva definição legal.

- 1. Fundação pública.
 - 2. Autarquia.
 - 3. Empresa pública.
 - 4. Sociedade de economia mista.
- () É a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.
 - () É a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
 - () O serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
 - () A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da entidade de direito público que a constitui e de outras fontes.

De acordo com a Lei nº 13.303/16 e o Decreto-Lei nº 200/67 adaptado à realidade municipal, a sequência está correta em

- A) 1, 2, 3, 4.
- B) 4, 3, 2, 1.
- C) 3, 4, 2, 1.
- D) 3, 2, 1, 4.

Questão 35

Nos termos da Lei Orgânica de 04/04/1990, do Município de São Gonçalo, em seu Art. 61 – “os Secretários Municipais são auxiliares do Prefeito e escolhidos dentre os brasileiros no exercício dos direitos políticos”. No que tange ao fenômeno da Organização da Administração Pública, a criação de uma secretaria municipal por um Prefeito é um fenômeno de:

- A) Concentração.
- B) Descentralização.
- C) Desconcentração.
- D) Instituição de pessoa jurídica componente da administração indireta do município.

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

A partir dos dados fornecidos a seguir, com base na legislação aplicável ao regime próprio de previdência social e considerando que o Município Ômega não tenha referendado as normas da Emenda Constitucional nº 103/2019, responda às questões de 36 a 45.

Ente federativo: Município Ômega
Servidor público efetivo: Ronildo Pedrosa
Data de nascimento: 04/03/1960
Cargo efetivo: Psicólogo
Data de ingresso no cargo efetivo: 08/03/1980
Remuneração JAN/2021: R\$ 7.351,00
Vencimento básico JAN/2021: R\$ 4.000,00
Adicional por tempo de serviço (60%) JAN/2021: R\$ 2.400,00
Diárias JAN/2021: R\$ 951,00
Alíquota de contribuição ao RPPS: 10% (dez por cento)
Faltas injustificadas no mês JAN/2021: 10 (dez)
Teto de benefício do RGPS: R\$ 6.351,00

Questão 36

Caso Ronildo Pedrosa já tenha completado os requisitos para a aposentadoria voluntária integral, o valor do abono de permanência a que faz jus no mês de JAN/2021 é de:

- A) R\$ 400,00
- B) R\$ 433,54
- C) R\$ 640,00
- D) R\$ 735,10

Questão 37

Considerando a alíquota de contribuição de Ronildo Pedrosa, é correto deduzir que:

- A) O Município Ômega não obterá o Certificado de Regularidade Previdenciária pela via administrativa.
- B) O Município Ômega possui alíquota suplementar de 4% (quatro por cento) para amortização de deficit.
- C) A alíquota de contribuição patronal do Município Ômega é de 20% (vinte por cento) sobre o valor da remuneração.
- D) A alíquota de contribuição patronal do Município Ômega é de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos vencimentos.

Questão 38

Considere que Ronildo já seja aposentado em um cargo efetivo que exerceu no município vizinho. Nessa hipótese, ao se aposentar no cargo de Psicólogo, pode-se afirmar que:

- A) Pelas regras de eficácia plena da Emenda Constitucional nº 103/2019, sofrerá redução no valor do benefício menor.
- B) Poderá cumular o benefício já recebido com proventos decorrentes de aposentadoria no cargo que ocupa atualmente.
- C) Terá que optar por um dos dois benefícios, pois o cargo de professor não é acumulável com o cargo que ocupa atualmente.
- D) Poderá deixar de contribuir para o regime próprio de previdência do Município Ômega, pois já se encontra em gozo de benefício previdenciário.

Questão 39

A base de cálculo da contribuição previdenciária de Ronildo Pedrosa ao regime próprio é de:

- A) R\$ 4.000,00
- B) R\$ 6.351,00
- C) R\$ 6.400,00
- D) R\$ 7.351,00

Questão 40

Considerando as faltas injustificadas, a contribuição previdenciária de Ronildo Pedrosa ao regime próprio na competência de JAN/2021:

- A) Não sofrerá alteração em função das faltas.
- B) Implica redução da contribuição patronal no mesmo período.
- C) Será de, aproximadamente, 1/3 (um terço) da contribuição dos outros meses.
- D) Será acrescida de multa de 50% (cinquenta por cento) por dia de ausência injustificada.

Questão 41

Caso o Município Ômega tivesse instituído previdência complementar para seus servidores em março de 2020, Ronildo Pedrosa:

- A) Poderia optar por permanecer integralmente no regime próprio sem aderir à previdência complementar.
- B) Seria obrigado a aderir ao teto de benefícios no regime próprio, mas não teria que aderir à previdência complementar.
- C) Deveria aderir às novas regras de previdência complementar, pois não existe direito adquirido a regime previdenciário.
- D) Poderia deixar de verter contribuição para o regime próprio, passando a sujeitar-se ao teto de benefícios do regime geral.

Questão 42

Considerando a idade de Ronildo Pedrosa e, ainda, a data de ingresso no cargo efetivo:

- A) Se Ronildo Pedrosa resolver trabalhar até o implemento da aposentadoria compulsória, poderá exercer suas funções até no máximo 04/03/2030, sendo os proventos calculados pela média das remunerações.
- B) Se Ronildo optar, poderá se aposentar pelas regras do regime próprio da União, nos termos da Emenda Constitucional nº 103/2019, visto que já preenche os requisitos e é mais vantajoso o cálculo do benefício.
- C) Se não tiver havido interrupção do exercício, Ronildo faz jus à aposentadoria pela regra transitória do Art. 6º da EC 41/03, com proventos integrais calculados pela última remuneração na data de 08/03/2021.
- D) Se Ronildo Pedrosa tiver se afastado do exercício do cargo efetivo pelo prazo de 8 (oito) anos para desempenho de dois mandatos seguidos de Deputado Federal, não terá tempo de contribuição suficiente para se aposentar no regime próprio.

Questão 43

Caso Ronildo Pedrosa, gozando de plena saúde, tenha se aposentado voluntariamente em março de 2021, sua contribuição previdenciária ao regime próprio, na condição de inativo:

- A) Não será mais descontada.
- B) Será de R\$ 100,00 (cem reais).
- C) Será limitada ao teto de benefício do RGPS.
- D) Será de R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos).

Questão 44

Caso a autoridade responsável, no Município Ômega, tenha recolhido a contribuição de Ronildo Pedrosa na folha de pagamentos e não a tenha repassado à Unidade Gestora do regime próprio no prazo e forma legal, em tese, fica configurado crime de:

- A) Peculato qualificado.
- B) Corrupção ativa e passiva.
- C) Apropriação indébita previdenciária.
- D) Enriquecimento ilícito da autoridade.

Questão 45

Caso Ronildo venha a falecer antes de requerer aposentadoria e supondo que seja casado, a viúva fará jus a uma pensão por morte:

- A) Calculada sobre o valor da remuneração de Ronildo na ativa.
- B) Limitada a 70% (setenta por cento) dos vencimentos de Ronildo.
- C) Limitada ao teto do Regime Geral de Previdência Social, sem acréscimos.
- D) Calculada sobre os proventos de aposentadoria a que Ronildo teria direito.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.



INSTRUÇÕES

É necessário o uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos; a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Não será permitida, durante a realização da prova escrita, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro etc.).
4. Com vistas à garantia da segurança e integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
5. O Caderno de Provas consta de 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito).
6. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) que lhe for fornecido estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
7. As provas terão duração de 4 (quatro). Este período abrange a assinatura e a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito).
8. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no Cartão de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.
9. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
11. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá se retirar do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
12. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação desta sala e, ainda, pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h do dia subsequente ao da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha (segunda-feira).
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.